

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0037-11 DE 1º DE ABRIL DE 2011**

*Institui gratificação de função pela responsável técnica do Programa DST/HIV Aids.*

Art. 1º Fica instituída 01 (uma) gratificação de função para o servidor público municipal integrante do Programa DST/ HIV Aids, no Município de Itaqui.

Parágrafo Único. A gratificação será concedida para o servidor da área técnica, responsável pelo desenvolvimento das campanhas e trabalhos de prevenção da equipe do Programa DST/HIV/AIDS.

Art. 2º A gratificação de função de que trata o artigo anterior será concedida no valor de R\$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais).

Parágrafo Único. a gratificação poderá ser reajustada anualmente, de conformidade com o valor fixado no plano de ações e metas estabelecido pelo Ministério da Saúde, repassado ao Município para fazer frente ao Programa.

Art. 3º A gratificação constante no artigo 1º, não será incorporada para quaisquer fins à remuneração e/ou vencimento do servidor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 1º DE ABRIL DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0037-11, DE 1º DE ABRIL DE 2011.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos enviando à V.Sras., o presente projeto de lei, que tem como objetivo a criação de gratificação para o servidor(a) responsável técnico(a) pelo desenvolvimento das campanhas e trabalhos de prevenção da equipe do Programa DST/HIV/AIDS.

A respectiva gratificação tem origem em um repasse específico da União (Ministério da Saúde) ao programa DST/HIV/AIDS, realizado anualmente, para o fim específico de conceder gratificação para a funcionária técnica do Programa, devido a realização dos serviços serem realizados fora do horário normal e em campanhas de prevenção.

O valor a ser concedido está previsto no plano de ações e metas do respectivo programa, podendo ser utilizado somente para este fim.

Conforme cópia do processo administrativo anexado (85289/2010), estão presentes todas as informações necessárias que justificam a criação da presente gratificação, que não se incorporará aos vencimentos ou remuneração do servidor(a), e poderá ser retirado assim que houver a interrupção dos repasses para este fim.

No tocante à lei de responsabilidade fiscal, segue em anexo o cálculo do impacto orçamentário e financeiro, salientando que o valor da gratificação é oriundo da União, toda vez que repassa os recursos previstos no plano de ações e metas.

O limite da despesa com pessoal do último quadrimestre é de 50,66%, dentro do previsto pela lei de responsabilidade fiscal, sendo que não há vedação para a criação da respectiva vantagem.

São estes os motivos que embasam e justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 1º DE ABRIL DE 2011.**

*PREFEITURA DE ITAQUI - RS*



**GABINETE DO PREFEITO**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito